



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE VASSOURAS**

## **Autógrafo**

Lei nº 1.848 de 19 de Outubro de 1999

*"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2000 e dá outras providências correlatas."*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte**

**LEI:**

### ***CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS***

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as Diretrizes Gerais para elaboração dos Orçamentos do Município para o Exercício de 2000.

**Art. 2º** - O Projeto de Lei Orçamentária estimará os valores da RECEITA e fixará os valores da DESPESA de acordo com os Preços vigentes em 31 de maio de 1999, aplicando-se-lhes as previsões variáveis para o período compreendido entre os Meses de Junho e Dezembro de 1999 e Exercício de 2000.

**Parágrafo Único** - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que, por antecipação da Receita, na forma da lei.

**Art. 3º** - Não poderão ser incluídas despesas com aquisição, início de obras para construção ou ampliação, ressalvadas as relacionadas no Plano Plurianual vigente e suas alterações posteriores, expressamente especificadas na Lei Orçamentária.

**Parágrafo Único** - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis e em desacordo com o estabelecido nesta lei.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**SEÇÃO I**  
**DAS DIRETRIZES COMUNS**

**Art. 4º** - A Lei Orçamentária abrangerá o Orçamento Fiscal referentes aos Poderes e seus Fundos e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos e entidades a ela vinculados.

**Parágrafo Primeiro** - O montante das DESPESAS dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social não deverá ser superior ao das RECEITAS.

**Parágrafo Segundo** - As DESPESAS poderão, excepcionalmente, no decorrer do exercício superar as RECEITAS desde que o excesso das DESPESAS seja financiado por operações de crédito, nos termos do Art. 129, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

**Parágrafo Terceiro** - Na elaboração de suas propostas as instituições mencionadas no “caput” do artigo, terão como parâmetro de suas despesas globais os limites estabelecidos nos artigos 3º, 5º e 7º desta lei.

**Art. 5º** - AS DESPESAS com pessoal e encargos sociais não terão aumento superior à variação do Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM em relação aos créditos correspondentes no Orçamento de 1999 podendo, ainda, ocorrer livre negociação entre representantes dos servidores e o Poder Executivo respeitado, em ambos os casos, o limite estabelecido no Art. 202 da Lei Orgânica do Municipal.

**Parágrafo Primeiro** - O limite estabelecido para as despesas com pessoal de que trata este artigo, abrange os gastos de administração com os seguintes elementos:

- Vencimentos e Vantagens;
- Obrigações Patronais;
- Proventos de aposentadorias e pensões.



**Parágrafo Segundo** - Excluem-se da limitação de que trata o "Caput" do artigo, as despesas com agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores) e Contribuições para o Pasep.

**Art. 6º** - Os Cargos de Provimento efetivo, cuja vacância ocorrer no exercício de 2000, poderão ser preenchidos integralmente através da realização de Concurso de Provas e Títulos.

**Parágrafo Único** - No exercício de 2000 não poderão ser criados novos Cargos ou ampliado o número de vagas existentes, ressalvados os casos relativos à criação ou ampliação dos serviços municipais através de Lei Complementar, de conformidade com as disponibilidades existentes.

**Art. 7º** - As DESPESAS com custeio administrativo e operacional não poderão ter aumento superior à de índices de reajustes oficiais em relação aos créditos correspondentes no Orçamento de 1999, salvo se comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, preços liberados, incremento de serviços prestados à comunidade ou novas atribuições recebidas ainda no exercício de 1999 ou no decorrer de 2000.

**Parágrafo Único** - Para efeito de cálculo do disposto neste artigo, não serão consideradas as despesas indicadas nos artigos 3º, 5º e 8º desta Lei.

**Art. 8º** - As DESPESAS com juros, encargos e amortização de dívida, deverão considerar apenas as operações contratadas e autorizações concedidas até a data do encaminhamento de Projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 9º** - O relatório bimestral de que trata o Artigo 114, da Lei Orgânica Municipal, demonstrará por Categoria de Programa de cada Órgão, segundo a Unidade Orçamentária, a DESPESAS realizadas.

**Art. 10** - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como e suas alterações, de quaisquer recursos do município para Clubes e Associações de Servidores ou outras Entidades congêneres, excetuadas Creches e Escolas para o atendimento Pré-Escolar.

**Art. 11** - O Município incluirá no Projeto de Lei Orçamentária dotações à título de auxílios e subvenções, sociais, com fins exclusivos para transferência de recursos à Entidades Privadas sem fins lucrativos, desde que:

**I** - Sejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, ou,



*II* - Atendam o disposto nos Artigos 174, Parágrafo Único, e 175 da :Lei Orgânica, Municipal ou

*III*- Sejam vinculadas à Organismos Internacionais.

Parágrafo Único - Com a finalidade de incentivar à prática desportiva, ou recursos a que se referem este Artigo, poderão ser destinados, exclusivamente, à Liga Desportiva do Município, e, outras entidades beneficiadas por legislação complementar.

**Art. 12** - As RECEITAS Municipais serão programadas para atender, preferencialmente, respeitadas as peculiaridades e vinculações legais obrigatórias, aos gastos com Pessoal e Encargos Social, Juros, Encargos e Amortizações de Dívidas, Contrapartida de Financiamentos, outros de Manutenção e Investimentos prioritários.

## **SEÇÃO II**

### **DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO FISCAL**

**Art. 13** - Na fixação das DESPESAS serão observadas as prioridades constantes do Plano Plurianual vigente e suas alterações posteriores.

**Art. 14** - Na apreciação da proposta orçamentária do Poder Legislativo para o Exercício de 2000, visando a integração de suas DESPESAS no Projeto de Lei do Orçamento, observar-se-ão os seguintes limites.

*I* - As DESPESAS com pessoal e encargos observarão ao disposto no Artigo 5º desta Lei e

*II* - As DESPESAS com custeio administrativo e operacional, ressalvadas as com Pessoal e Encargos, observarão o disposto nos Artigos 3º e 7º desta Lei.

**Parágrafo Único** - O comprometimento total sobre a Receita prevista, não poderá exceder ao percentual médio dos últimos três exercícios financeiros, apurado ano a ano, entre a Despesa executada pelo Poder Legislativo e a Receita arrecadada total.

## **SEÇÃO III**

### **DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 15** - O Orçamento da Seguridade Social obedecerá ao definido nos Artigos 194, 196, 201 e 203 da Constituição Federal e contará dentre outras com:



**I - RECEITA** originária da transferência de recursos SUS Sistema Único de Saúde e

**II - RECEITA** derivada da Arrecadação de Impostos e Taxas pelo Município.

**Parágrafo Primeiro** - Os recursos alocados no Orçamento de Seguridade Social do Município, serão classificados, quanto as funções de Governo, exclusivamente as seguintes:

Código	Função
13	Saúde e Saneamento
15	Assistência e Previdência

**Parágrafo Segundo** - A inclusão de recursos e suas consideração como integrante do Orçamento de Seguridade, quando não classificados nos termos do Parágrafo Anterior, dependerá de expressa especificação na Lei Orçamentária.

**Art. 16** - A Proposta Orçamentária da Seguridade Social, incluirá na parte relativa à Saúde, gastos não inferiores ao limite estabelecido no Artigo 158, Parágrafo Segundo, da Lei Orgânica Municipal.

**Parágrafo Único** - Os recursos destinados à manutenção das atividades de saúde, serão inclusos na Lei Orçamentária do Município, como transferencia operacionais e constituirão Receitas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - F.M.S.

**Art. 17** - Na Fixação das DESPESAS observar-se-ão as prioridades constantes do Plano Plurianual e suas alterações posteriores.

**Art. 18** - O Município poderá assinar Convênio com o Órgão Federal de Assistência e Previdência Social para atendimento dos seus Servidores.

**Parágrafo Único** - O Orçamento da Seguridade Social discriminará transferência de recursos do Município para o Órgão Federal de Previdência Social destinados a efetivação legal das ações e direitos pertinentes.

### ***CAPÍTULO III***

#### ***DOS RECURSOS DESTINADOS AO ORÇAMENTO DE ENSINO***

**Art. 19** - Os recursos orçamentários destinados ao ensino, nos termos da Emenda Constitucional nº 14/96 de 12/09/96, serão alocados no



Orçamento Fiscal do Município, destinando-se parte para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e parte para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

**CAPÍTULO IV**  
**DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 20** - Na Lei Orçamentária Anual, integrada conjuntamente pela programação dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, a discriminação das DESPESAS far-se-á por categoria de programação, indicando-se pelo menos para cada uma:

- I - O Orçamento de Origem e
- II - A natureza das Despesas.

**Parágrafo Primeiro** - Dentre outros demonstrativos, a Lei Orçamentária incluirá.

*I* - Das Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social bem como do conjunto dos dois Orçamentos;

*II* - Da natureza da despesa, por órgão e unidade orçamentária;

*III* - De despesas por fonte de recursos, por órgão de Unidade Orçamentária;

*IV* - Dos recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no Art. 173 da Lei Orgânica Municipal.

*V* - Dos Recursos destinados a Saúde, em cumprimento do disposto no Art.158, Parágrafo Segundo, da Lei Orgânica Municipal.

*VI* - Dos investimentos consolidados nos orçamentos do Município.

**Parágrafo Segundo** - As categorias de programação de que trata o “caput” deste Artigo, serão identificadas por sub-programas segundo os projetos e atividades, os quais especificarão as respectivas metas ou ação a ser desenvolvida.

**Parágrafo Terceiro** - Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações, DESPESAS à conta de investimentos em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública previstos na Legislação Federal aplicada à espécie.



**Art. 21** - Para informação do Poder Legislativo, deverá constar a proposta Orçamentária, ao menor nível da categoria de programação, relacionada pela natureza da DESPESA a origem dos recursos obedecida a seguinte discriminação:

- I* - Não vinculados;
- II*- Da Seguridade Social;
- III*- Aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- IV*- Vinculados, inclusive RECEITAS originárias da transferência de Convênio;
- V* - Outras vinculações previstas na Lei Orgânica do Município;
- VI* - Decorrentes de Operações de Crédito.

**Art. 22** - O Projeto de Lei Orçamentária será apresentado com a forma e detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se no que couber, as demais disposições legais.

**Art. 23** - Os Créditos terão a forma, o nível de detalhamento e as informações estabelecidas nesta Lei, especialmente no Art. 19, Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, bem como a indicação dos recursos correspondentes.

**Art. 24** - A prestação de contas anual do Município, independentemente de outros demonstrativos e esclarecimentos incluirá relatório de execução com a forma de detalhes apresentados na Lei Orçamentária.

**Art. 25** - O Projeto de Lei Orçamentária será encaminhado ao Poder Legislativo até 31 de agosto de 1999.

**Art. 26** - O Projeto de Lei Orçamentária será encaminhado ao Poder Executivo para sanção até 31 de dezembro de 1999.

**Parágrafo Único** - Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja encaminhado para a sanção até o dia 31 de dezembro de 1999, fica o Poder Executivo autorizado a executar a proposta orçamentária para 2000, originalmente encaminhada ao Poder Legislativo.

## ***CAPÍTULO V*** ***DAS DISPOSIÇÕES GERAIS***

**Art. 27** - Serão considerados prioritários os projetos constantes do Plano Plurianual vigente e suas alterações posteriores.

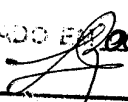



Art. 28 - Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda a coordenação e elaboração dos orçamentos que trata desta Lei.

Art. 29 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vassouras-RJ, 19 de OUTUBRO de 1999.

  
Pedro Ivo da Costa  
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
19ª Sessão  
APROVADO EM 16.10.99  
  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
2ª Sessão  
APROVADO EM 13.10.99  
  
PRESIDENTE





*Câmara Municipal de Vassouras  
Estado do Rio de Janeiro*



## **ANEXO I**

### **I - ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

- 01** - Revisão e atualização da remuneração dos agentes políticos municipais:  
Prefeito, Vice - Prefeito e Vereadores;
- 02** - Manutenção e Operacionalização das Unidades Administrativas do Município;
- 03** - Manutenção dos Servidores de Processamento de Dados relativos às áreas de tributação, arrecadação contabilidade, administração de pessoal e Patrimônio;
- 04** - Manutenção de veículos e máquinas operatrizes do município;
- 05** - Concessão de Vale-Transporte aos Servidores Municipais;
- 06** - Manutenção do serviço de divulgação dos atos administrativos municipais;
- 07** - Manutenção do serviço de pagamento da dívida contratada junto aos órgãos previdenciários federais (INSS e FGTS);
- 08** - Aquisição de material permante e equipamentos (mobiliário, veículos, máquinas e artigos de escritório);

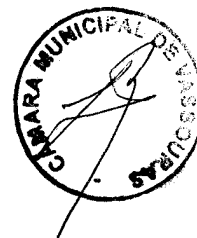
### **II - POLÍTICA EDUCACIONAL, CULTURAL E DESPORTIVA**

- 01** - Construção, ampliação e reforma de Creches para atendimento da criança de 0 à 06 anos de idade;
- 02** - Manutenção do ensino pré-escolar';
- 03** - Manutenção do ensino do primeiro grau;
- 04**- Construção, ampliação e reforma de Unidades Escolares para atendimento ao pré-escolar e primeiro grau;
- 05** - Construção e reforma de quadras poliesportivas e parques infantis para a prática de esportes e lazer;





*Câmara Municipal de Vassouras  
Estado do Rio de Janeiro*



- 06 - Ampliação e reforma do Estádio Municipal “Ernani do Amaral Peixoto”;
- 07 - Participação e Realização de Jogos Escolares através de competições de várias modalidades desportivas, visando a integração do meio estudantil municipal;
- 08 – Realização mediante convênio do Programa Dinheiro Direto na Escola;
- 09 - Promoção de atendimento educacional à deficientes através de transferência de recursos à Sociedade Pestalozzi;
- 10 - Distribuição de material didático;
- 11 - Aquisição e distribuição de merenda escolar e serviços correlatos conveniados;
- 12 - Concessão de Vale-Transporte aos professores da rede municipal de ensino;
- 13 - Treinamento de recursos humanos - realização de cursos de reciclagem do magistério municipal;
- 14 - Promoção e realização de atividades culturais;
- 15 - Aquisição de material permanente e equipamentos (mobiliário, veículos, máquinas e equipamentos de uso escolar);
- 16 - Aquisição e distribuição de uniformes e material desportivo aos alunos da rede municipal de ensino;
- 17 - Manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

### **III TURISMO**

- 01 - Promoção, realização e participação em eventos turísticos de quaisquer natureza;
- 02 – Manutenção do Parque de exposições, eventos e lazer.



*Câmara Municipal de Vassouras  
Estado do Rio de Janeiro*

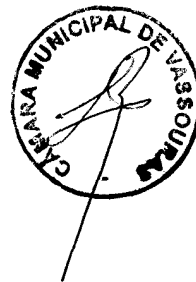


#### **IV - DESENVOLVIMENTO URBANO, SOCIAL E ECONÔMICO**

- 01** - Manutenção dos serviços de limpeza pública;
- 02** - Aquisição de equipamentos e material permanente destinados ao serviço de limpeza pública;
- 03** - Manutenção dos serviços de iluminação de vias, logradouros e prédios públicos;
- 04** - Construção, ampliação, reforma e manutenção de praças e jardins do Município;
- 05** - Aquisição e distribuição de uniformes completos aos trabalhadores em serviço nas vias e logradouros públicos, parques, jardins e garagem municipal;
- 06** - Obras diversas de saneamento ambiental ( galerias, esgotos e rede coletoras);
- 07** - Construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda;
- 08** - Obras gerais de contenção de encosta (construção de muros de arrimo);
- 09** - Pavimentação e drenagem de diversas ruas do Município ( Sede e Distritos);
- 10** - Canalização de rios e córregos (obras emergenciais de defesa contra inundações);
- 11** - Realização de obras de infraestrutura básica para o advento e desenvolvimento de atividades produtivas (construção de mercado do produtor);
- 12** - Participação e promoção de festas populares e exposições de quaisquer natureza;
- 13** - Publicidade informal das promoções festivas e de investimentos de natureza econômica promovidos pelo Município;
- 14** - Promoção de apoio ao setor rural através de concessão de auxílio financeiro à Emater;
- 15** - Ações de Reflorestamento;
- 16** - Construção de centros comunitários para assistência as comunidades carentes;



*Câmara Municipal de Passouras  
Estado do Rio de Janeiro*



17 – Transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social destinado à projetos de apoio a criança e ao adolescente.

## **ANEXO II**

### **SEGURIDADE SOCIAL**

- 01 - Manutenção do atendimento à saúde da população através da transferência de recursos para o Fundo Municipal da Saúde;
- 02 - Manutenção e operacionalização das Unidades de Saúde através do Fundo Municipal de Saúde;
- 03 - Manutenção e operacionalização do Fundo Municipal da Saúde;
- 04 - Implantação do serviço de proteção e defesa da criança e do adolescente;
- 05 - Implantação das ações básicas de saúde;
- 06 - Manutenção dos pagamentos de aposentadorias e pensões.
- 07 - Construção , ampliação e reforma de Unidades de Saúde.